



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

1

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA
8ª REGIÃO - C-319

EDITAL

Faço público, para conhecimento dos interessados, que no período de 26 de março a 24 de abril de 2009, estarão abertas as inscrições ao Concurso C-319, para provimento de cargos de JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO da 8ª Região, compreendendo 07 (sete) cargos vagos, e os que vierem a vagar, ou a serem criados durante o prazo de validade do Concurso, obedecidas as disposições contidas na Resolução Administrativa nº 907/2002, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada em 12.12.2008, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, com as alterações introduzidas pelas Resoluções Administrativas do Colendo Tribunal Superior do Trabalho nºs 965/2003, 1046/2005, 1079/2005, 1161/2006, 1172/2006, 1199/2007, 1233/2007, 1252/2007 e 1320/2008; na Resolução nº 11, do Conselho Nacional de Justiça, publicada em 03.02.2006, no Diário da Justiça da União; e na Resolução Administrativa nº 1140/2006, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada em 06.06.2006, no Diário da Justiça da União.

O Edital, o programa, as Resoluções Administrativas nºs 907/2002 e 1140/2006, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, a Resolução nº 11/2006, do Conselho Nacional de Justiça, os requerimentos e os modelos dos anexos, poderão ser obtidos através do sítio www.trt8.jus.br/concurso.

1. DO INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

1.1. O ingresso na Magistratura do Trabalho da 8ª Região far-se-á no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, mediante aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos e nomeação por ato do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sendo exigidos do bacharel em Direito três anos, no mínimo, de atividade jurídica, por ocasião da inscrição definitiva.

1.2. Os candidatos habilitados e classificados serão nomeados Juízes do Trabalho Substitutos, na forma da lei (arts. 96, alínea "c", da Constituição Federal; 92 da LOMAN e 654 da CLT) e sujeitos à designação para servir, em substituição ou como auxiliares, em quaisquer das Varas do Trabalho sediadas na jurisdição da 8ª Região da Justiça do Trabalho.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

2.1.1. A inscrição preliminar somente será requerida através da rede mundial de computadores no sítio www.trt8.jus.br/concurso.

2.1.2. No requerimento de inscrição preliminar (Anexo I) deverá constar, sob pena de indeferimento, declaração de que:

a) é brasileiro;

b) é diplomado em Direito, mencionando o nome do estabelecimento onde se graduou, a data da expedição do diploma e o número e a data do respectivo registro;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

2

c) se acha quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando se tratar de candidato do sexo masculino, do serviço militar;

d) goza de boa saúde;

e) não registra antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;

f) não sofreu, no exercício da advocacia ou de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;

g) conhece e está de acordo com as exigências contidas nas Resoluções Administrativas nºs 907/2002 e 1140/2006, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução nº 11/2006, do Conselho Nacional de Justiça e no presente Edital;

h) possui, no mínimo, três anos de atividade jurídica, nos termos do art. 35 da RA TST 907/2002 e Resolução CNJ 11/2006;

i) se compromete a prestar todas as informações e apresentar os documentos que lhe forem solicitados quando de sua inscrição definitiva.

2.1.3. No mesmo ato, o candidato deverá indicar nome, endereço e telefone de 03 (três) autoridades ou professores universitários que possam prestar informações a seu respeito (Anexo II), e fornecerá, em ordem cronológica, os períodos de atuação como juiz, membro do Ministério Público, advogado ou titular de função técnico-jurídica, pública ou privada, precisando o local e a época de exercício de cada um deles e nomeando as principais autoridades com as quais serviu ou esteve em contato, bem como os seus endereços atuais e os números dos respectivos telefones (Anexo III).

2.1.4. As declarações e informações exigidas nos subitens 2.1.2 e 2.1.3, bem como a declaração para pessoas portadoras de deficiência, deverão ser preenchidas nos documentos padronizados, constantes dos Anexos I, II, III e IV deste Edital, disponíveis no sítio www.trt8.jus.br/concurso.

2.1.5. Deverão ser encaminhados à Comissão de Concurso, até o dia 24 de abril de 2009, via Postal (comprovada a data pelo carimbo dos Correios) ou Protocolo Geral do TRT-8ª Região, os seguintes documentos:

a) comprovante de pré-inscrição, que deve ser impresso e assinado, após a conclusão do preenchimento dos formulários;

b) 2 (duas) fotografias de frente, iguais e recentes, tamanho 3x4cm, identificadas com o nome do candidato, no verso;

c) fotocópia autenticada em Cartório do documento oficial de identidade;

d) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição, conforme item 3 deste Edital;



e) cópias dos Anexos I, II, III e IV do Edital, devidamente assinados.

2.1.6. Após o preenchimento dos formulários, deverão ser impressos o comprovante de pré-inscrição e a Guia de Recolhimento da União - GRU, esta devidamente preenchida, para recolhimento da taxa de inscrição.

2.1.7. O candidato poderá confirmar o envio de dados, via rede mundial de computadores, verificando se seu nome consta na relação de candidatos pré-inscritos no sítio do Tribunal, www.trt8.jus.br/concurso.

2.1.8. A retificação de dados dos candidatos pré-inscritos somente poderá ser feita por meio da rede mundial de computadores, até a data do recebimento, pela Comissão de Concurso, dos documentos mencionados no subitem 2.1.5.

2.1.9. O Tribunal não se responsabilizará por inscrições que não tenham gerado o comprovante de inscrição mencionado nos subitens 2.1.5 e 2.1.6.

2.1.10. Após 5 (cinco) dias do término das inscrições, a Comissão de Concurso fará publicar, no sítio www.trt8.jus.br/concurso, uma lista contendo os nomes dos candidatos que enviaram a documentação relacionada no subitem 2.1.5., abrindo-se, a partir daí, o prazo de 2 (dois) dias para o candidato que eventualmente não tenha tido seu nome incluído na referida lista comprovar o envio da documentação, sob pena de indeferimento da inscrição preliminar, com fundamento no subitem 2.1.13.

2.1.11. A comprovação de que trata o subitem anterior poderá ser encaminhada à Comissão de Concurso por meio do fax (91) 3223.1626 ou diretamente no Gabinete da Presidência do TRT-8ª Região, à Secretária do Concurso.

2.1.12. Nos dias úteis do período de inscrição, das 9 (nove) às 13 (treze) horas, no saguão do prédio-sede do Tribunal, estará disponibilizado terminal exclusivo para inscrição preliminar, via rede mundial de computadores.

2.1.13. A ausência de quaisquer das declarações exigidas nos subitens 2.1.2. e 2.1.3. ou a falta de apresentação de quaisquer dos documentos previstos no subitem 2.1.5, implicará o indeferimento da inscrição preliminar.

2.1.14. No requerimento de inscrição preliminar, o candidato consignará seu endereço particular, local de trabalho, números de telefones e seu e-mail. Havendo alteração de algum dado, deverá, de imediato, ser levada ao conhecimento da Comissão de Concurso, que não se responsabilizará por eventuais comunicações que não cheguem ao conhecimento do candidato, em virtude de alteração de seus dados.

2.1.15. Os requerimentos de inscrição, juntamente com seus anexos, serão autuados separadamente, compondo arquivos individuais. Qualquer consulta do candidato ao seu respectivo arquivo deverá ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

4

solicitada ao Presidente da Comissão de Concurso, por meio de requerimento.

2.1.16. A Comissão de Concurso fará publicar a lista dos candidatos inscritos preliminarmente, uma única vez, no Diário Oficial da União e dos Estados do Pará e Amapá e no sítio www.trt8.jus.br/concurso.

2.1.17. A inscrição preliminar será formalizada com a entrega, no primeiro dia de prova, do Cartão de Identificação, o qual deverá ser apresentado pelo candidato em todas as fases do Concurso, juntamente com documento oficial de identidade.

2.2. DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.2.1. Serão reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas no Edital para candidatos portadores de deficiência, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual.

2.2.2. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

2.2.3. O candidato que pretender concorrer às vagas reservadas deverá declarar-se, sob as penas da lei, pessoa portadora de deficiência, nos termos em que a considera o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e juntar ao requerimento de inscrição preliminar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à provável causa da deficiência. (Anexo IV)

2.2.4. Será processada como inscrição de candidato normal a requerida por aquele que invoque a condição de deficiente, mas deixe de atender, em seus exatos termos, às exigências previstas no subitem anterior.

2.2.5. O candidato portador de deficiência, que necessite de tratamento diferenciado para se submeter às provas, deverá requerê-lo, por escrito, à Comissão de Concurso, no ato da inscrição preliminar, indicando claramente, para tanto, quais as providências especiais de que carece. (Anexo IV)

2.2.6. O candidato portador de deficiência aprovado na prova prática da 3ª Fase - elaboração de uma sentença trabalhista, submeter-se-á, em dia e hora designados pela Comissão de Concurso, antes da realização da prova oral, à avaliação de Comissão Multiprofissional quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante.

2.2.7. A Comissão Multiprofissional, necessariamente até 03 (três) dias antes da data fixada para a realização da prova oral, proferirá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente e sobre sua aptidão para o desempenho do cargo.

2.2.8. A seu juízo, a Comissão Multiprofissional poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que



estiver sendo avaliada, os quais não terão direito a voto.

2.2.9. Concluindo a Comissão Multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.

2.2.10. O candidato portador de deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas mas deverá figurar em lista específica em cada fase do concurso, submetido à mesma exigência de nota mínima para aprovação em cada fase, utilizando-se das vagas reservadas somente quando, tendo sido aprovado, for insuficiente a classificação obtida no quadro geral de candidatos para habilitá-lo à nomeação, nos termos do subitem 9.2.

2.2.11. Os candidatos portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas, ressalvados, quanto à forma de prestação das provas, a deliberação da Comissão de Concurso ao requerimento previsto no subitem 2.2.5 e, quanto à sua convocação para a sua 2ª fase, o disposto no subitem 8.3.

2.2.12. Não preenchidas por candidatos portadores de deficiência as vagas reservadas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação no Concurso.

2.2.13. A classificação final dos candidatos portadores de deficiência obedecerá ao disposto no art. 32 da Resolução Administrativa nº 907/2002, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

2.3. DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

2.3.1. A inscrição definitiva será requerida, conforme Anexo V deste Edital, somente pelos candidatos aprovados na prova da 3ª Fase - elaboração de sentença trabalhista.

2.3.2. Para a inscrição definitiva, a Comissão de Concurso exigirá do candidato a entrega de todos os documentos elencados no item 4 e de conformidade com seus subitens, bem como a comprovação dos 3 (três) anos de atividade jurídica.

2.3.3. Os documentos exigidos para a inscrição definitiva deverão ser entregues no original ou fotocópia autenticada em cartório, sob pena de indeferimento da inscrição.

2.3.4. A conferência da exatidão e a aceitação dos documentos entregues em Secretaria são de competência exclusiva da Comissão de Concurso.

2.3.5. São motivos de indeferimento da inscrição definitiva, tornando insubsistentes e nulos os atos até então praticados:

a) o não cumprimento das exigências do item 2 e de seus subitens e do item 4 e de seus subitens, todos deste Edital, no prazo, modo e forma estabelecidos;



b) o resultado negativo obtido através de investigação sobre a idoneidade moral e a conduta dos candidatos.

3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 100,00 (cem reais).

3.2. A taxa de inscrição deverá ser recolhida, exclusivamente no Banco do Brasil S.A., através de G.R.U. - Guia de Recolhimento da União - Simples, disponível no sítio do Tesouro Nacional - www.tesouro.fazenda.gov.br.

3.3. Deverão ser utilizados os seguintes códigos no preenchimento da G.R.U.:

UG (Unidade Gestora): 080003

Nome da Unidade: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Gestão: 00001

Código de Recolhimento: 18.833-6 - STN-TX.INSCRICAO CONCURSO PUBLICO

Número de Referência: 319

Competência (mm/aaaa): 04/2009

Vencimento (dd/mm/aaaa): 23/04/2009

CNPJ ou CPF do contribuinte: dados do candidato

Nome do Contribuinte / Recolhedor: dados do candidato

Valor Principal: R\$ 100,00

Valor Total: R\$ 100,00

(OBS.: Caso quem efetue o depósito não seja o próprio candidato, o nome e CPF indicados deverão ser referentes ao candidato. Também deverá ser anotado na guia de depósito o telefone do candidato)

3.4. Após o preenchimento e confirmação dos dados da inscrição preliminar, o candidato deverá imprimir a G.R.U. - Guia de Recolhimento da União, devidamente preenchida, para recolhimento da taxa.

3.5. O pagamento da taxa de inscrição por meio de cheque que porventura venha a ser devolvido implicará no cancelamento da inscrição, ainda que anteriormente tenha havido deferimento provisório.

3.6. A taxa de inscrição não está sujeita à devolução, em nenhuma hipótese. Também não há possibilidade de isenção de seu recolhimento.

3.7. O pagamento da taxa, por si só, não é requisito suficiente para inscrição.

4. DOS DOCUMENTOS

4.1. Os documentos que devem ser entregues pelos candidatos, para efeito de inscrição definitiva, são os seguintes (no original ou fotocópia autenticada em cartório):

4.1.1. Diploma de graduação em Direito, que atenda aos requisitos do subitem 2.1.2, alínea "b", deste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

7

4.1.2. Título Eleitoral, acompanhado de Certidão de Quitação Eleitoral;

4.1.3. Certificado de Quitação com o Serviço Militar ou similar (para os candidatos do sexo masculino);

4.1.4. Atestado médico, expedido por clínico geral, comprobatório do gozo de boa saúde;

4.1.5. Certidão da Distribuição da Justiça Federal;

4.1.6. Certidão de antecedentes criminais da Polícia Federal;

4.1.7. Certidão negativa, fornecida pelo Distribuidor Criminal da localidade de residência do candidato ou por Juiz de Direito, nas comarcas em que não haja Distribuidor, nos lugares de residência dos últimos 5 (cinco) anos;

4.1.8. Atestado de antecedentes da Polícia Civil da localidade de residência do candidato;

4.1.9. Certidão negativa, fornecida pela Justiça Militar Federal e Estadual.

4.1.10. Certidão de que não sofreu, no exercício da advocacia ou de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, expedida por todas as Seccionais Regionais da OAB onde o candidato possua registro e/ou pelo órgão público correspondente.

4.1.11. Declarações subscritas pelas três autoridades ou professores universitários, indicados no ato da inscrição preliminar (Anexo II), fornecendo informações a respeito do candidato.

4.1.12. Comprovação de 3 (três) anos de atividade jurídica, nos termos do item 5 do presente Edital.

4.1.13. As certidões exigidas devem ser apresentadas com prazo de validade não vencido, cuja aferição é de inteira responsabilidade do candidato. Todas as certidões, declarações e atestados que não contenham prazo de validade explícito, valerão por 90 (noventa) dias.

4.1.14. Será motivo de indeferimento da inscrição definitiva, tornando insubsistentes e nulos os atos até então praticados, a desconformidade entre o atestado médico, exigido no subitem 4.1.4, e a declaração constante da inscrição preliminar, subitem 2.1.2, alínea d, situação essa que implicará também na nulidade da aprovação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

5. DA ATIVIDADE JURÍDICA

5.1. Considera-se atividade jurídica o efetivo exercício, por bacharel em Direito, pelo prazo não inferior a 3 (três) anos, ainda que não consecutivos: a) da advocacia, sob inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil; b) de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exijam a utilização preponderante de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

8

conhecimento jurídico, vedada a contagem do estágio acadêmico ou qualquer outra atividade anterior à colação de grau; c) na condição de bacharel em Direito, de cargo, emprego ou função pública de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.

5.2. Serão admitidos no cômputo do período de atividade jurídica os cursos de Pós-Graduação na área jurídica reconhecidos pelas Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de que tratam o art. 105, parágrafo único, inciso I, e o art. 111-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, ou pelo Ministério da Educação, desde que integralmente concluídos com aprovação.

5.3. Será comprovado o exercício de atividade jurídica:

a) como advogado, sem contar estágio, mediante certidão expedida por cartórios ou secretarias judiciais relativamente aos processos em que haja funcionado o candidato, ou por cópia autenticada de atos privativos, e, em qualquer caso, acompanhada de certidão de inscrição na OAB, relativa a três exercícios forenses.

b) nos demais casos, mediante apresentação de cópia do respectivo ato de nomeação, contratação ou designação acompanhada da norma legal ou ato normativo outro que discipline os requisitos do cargo, emprego ou função, ou mediante certidão ou declaração circunstanciada fornecida pelo órgão ou entidade competente, indicando as respectivas atribuições exercidas e a prática de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, sob as penas da lei.

c) a participação em cursos de Pós-Graduação na área jurídica reconhecidos pelas Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de que tratam o art. 105, parágrafo único, I, e o art. 111-A, § 2º, I, da Constituição Federal, ou pelo Ministério da Educação, através do diploma, desde que integralmente concluídos com aprovação.

5.4. Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos de advogado (Lei nº 8.906, de 04.07.1994, art. 1º), em causas distintas.

5.5. A documentação comprobatória do tempo de atividade jurídica deverá ser apresentada, por todos os candidatos, por ocasião da inscrição definitiva no Concurso, sob pena de desclassificação imediata.

6. DAS COMISSÕES

6.1. Comissão de Concurso e Examinadora da prova de títulos:

Presidente: Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa
Suplente: Desembargadora Odete de Almeida Alves
Membro: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca
Suplente: Desembargador José Maria Quadros de Alencar
Membro: Advogada Angela Serra Sales
Suplente: Advogado Evaldo Pinto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

9

6.2. Comissão Examinadora da prova escrita objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial:

Presidente: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha
Suplente: Juíza Odaíse Cristina Picanço Benjamin Martins
Membro: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
Suplente: Juíza Paula Maria Pereira Soares
Membro: Advogado Thadeu de Jesus e Silva
Suplente: Advogada Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos

6.3. Comissão Examinadora da prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Civil:

Presidente: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar
Suplente: Juíza Maria Zuíla Lima Dutra
Membro: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia
Suplente: Juiz João Carlos de Oliveira Martins
Membro: Advogado Thadeu de Jesus e Silva
Suplente: Advogada Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos

6.4. Comissão Examinadora da prova prática - elaboração de uma sentença trabalhista:

Presidente: Desembargadora Odete de Almeida Alves
Suplente: Juíza Maria Valquíria Norat Coelho
Membro: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro
Suplente: Juíza Erika Moreira Bechara
Membro: Advogado Thadeu de Jesus e Silva
Suplente: Advogada Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos

6.5. Comissão Examinadora da prova oral de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Processual Civil:

Presidente: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca
Suplente: Desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal
Membro: Desembargadora Georgenor de Sousa Franco Filho
Suplente: Desembargadora Mário Leite Soares
Membro: Advogado Thadeu de Jesus e Silva
Suplente: Advogada Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos

6.6. Comissão Multiprofissional:

Presidente: Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa
Suplente: Desembargadora Odete de Almeida Alves
Membros: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida
Desembargador Miguel Raimundo Viégas Peixoto
Membros: Doutor Alberto Steven Skelding Pinheiro
Doutora Maria Silvia de Brito Barbosa



7. DAS PROVAS

7.1. O Concurso constará de 05 (cinco) fases, realizadas sucessivamente, na seguinte ordem:

a) 1ª Fase - prova escrita, objetiva, de múltipla escolha, de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial.

b) 2ª Fase - prova escrita, dissertativa, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Civil.

c) 3ª Fase - prova prática: elaboração de sentença em processo trabalhista, visando à solução objetiva de caso concreto.

d) 4ª Fase - prova oral de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Processual Civil.

e) 5ª Fase - prova de títulos.

7.2. As duas etapas da prova escrita da 1ª Fase e as provas das 2ª e 3ª Fases terão a duração de 4 (quatro) horas ininterruptas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

7.3. A prova oral (4ª Fase) não excederá, para cada candidato, de 60 (sessenta) minutos, divididos proporcionalmente entre os examinadores. Nela, o candidato discorrerá e responderá a questões, a juízo da Comissão Examinadora, em ato público, na sede do Tribunal, sobre ponto do Programa sorteado com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo a prova de cada candidato gravada integralmente por sistema de áudio e vídeo. O resultado será divulgado, em sessão pública, tão logo encerradas todas as provas.

7.4. Os candidatos terão ingresso no recinto e serão chamados para sorteio do ponto da prova oral na ordem de inscrição, devendo exibir, no ato, o cartão de identificação previsto no subitem 2.1.17 deste Edital.

7.5. Os títulos serão apresentados pelos candidatos que obtiverem aprovação nas provas escritas e oral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da divulgação do resultado desta. Somente serão considerados os títulos obtidos até a data prevista para o término da inscrição preliminar.

A - Consideram-se títulos:

a) trabalhos jurídicos reveladores da cultura geral do candidato, como, por exemplo, livros, ensaios, teses, estudos, monografias etc.;

b) exercício do magistério em curso jurídico;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

11

- c) exercício de cargos de Magistratura, Ministério Público ou outros para cujo desempenho sejam exigidos conhecimentos jurídicos;
- d) aprovação em concursos para os cargos aludidos acima (alíneas b e c);
- e) conclusão de cursos de pós-graduação em matéria jurídica;
- f) participação ativa em congressos jurídicos, com proferimento de conferência, defesa de tese, participação em painel ou comissão;
- g) currículo universitário de aluno laureado em Faculdade de Direito;
- h) outros documentos que, a juízo da Comissão de Concurso, revelem cultura jurídica e valorizem o currículo do candidato.

B - Não constituem títulos:

- a) exercício de função pública para a qual não seja exigido conhecimento especializado em Direito;
- b) trabalho cuja autoria exclusiva do candidato não possa ser apurada;
- c) certificados de conclusão de cursos de qualquer natureza, quando a aprovação do candidato resultar de mera freqüência;
- d) atestados de capacitação técnica ou de boa conduta profissional;
- e) trabalhos forenses, como, por exemplo, sentenças, pareceres, razões de recurso.

7.6. O programa das provas consta do Anexo da Resolução Administrativa TST nº 907/2002, sendo parte integrante deste Edital.

7.7. O programa para a prova da 4ª Fase - prova oral - constará, no mínimo, de 40 (quarenta) e, no máximo, 60 (sessenta) pontos e será elaborado pela Comissão Examinadora para efeito de sorteio, com a antecedência mínima de 24 horas, a juízo da Comissão Examinadora.

7.8. A Comissão de Concurso comunicará aos candidatos a data e o local da realização das provas, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, não havendo segunda chamada para nenhuma fase do Concurso.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á eliminado o candidato que, em quaisquer das provas das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases, obtiver média inferior a 5 (cinco).

8.2. A prova escrita da 1ª Fase constará de 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha e apuração padronizada, a ser realizada em 2 (duas) etapas, em dias consecutivos, contando cada uma com 50 (cinquenta) questões.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

12

8.3. Será considerado habilitado à 2ª Fase o candidato que: a) acertar, pelo menos, 50 (cinquenta) questões dentre as 100 (cem) integrantes da prova e b) estiver classificado, nos concursos com até 1500 (mil e quinhentos) inscritos, entre os 200 (duzentos) primeiros candidatos e, nos concursos com mais de 1500 (mil e quinhentos) inscritos, entre os 300 (trezentos) primeiros candidatos.

8.4. Na hipótese de empate na 200ª (ducentésima) posição nos concursos com até 1500 (mil e quinhentos) inscritos e na 300ª (trecentésima) posição nos concursos com mais de 1500 (mil e quinhentos) inscritos, serão convocados para a 2ª Fase todos os candidatos que, nessas respectivas posições, tenham obtido a mesma nota.

8.5. O candidato que obtiver, por meio de recurso, nota igual ou superior à que definiu a 200ª (ducentésima) posição, nos concursos com até 1500 (mil e quinhentos) inscritos, e na 300ª (trecentésima) posição, nos concursos com mais de 1500 (mil e quinhentos) inscritos, não prejudicará os que, na primeira publicação, já tenham obtido classificação.

8.6. Na aferição da prova da 1ª Fase, cada questão valerá 0,1 (zero vírgula um) ponto.

8.7. A correção da prova objetiva da 1ª Fase será realizada por sistema eletrônico de processamento de dados e levará em consideração, exclusivamente, as respostas transferidas para o Cartão de Respostas. Será atribuída a nota o (zero) às questões não respondidas, que contenham emenda ou rasura, que contenham mais de uma resposta assinalada ou que não forem marcadas no Cartão de Respostas.

8.8. A identificação da prova de múltipla escolha da 1ª Fase ocorrerá em sessão pública, presentes a Comissão de Concurso e a respectiva Comissão Examinadora.

8.9. Na prova da 1ª Fase ficam proibidas quaisquer tipos de consultas, sejam a anotações, notas explicativas ou textos legais. Nas demais fases será facultada a consulta a textos legais sem comentários ou notas explicativas.

8.10. As notas das provas das 2ª e 3ª Fases serão entregues pelos examinadores em sobrecartas fechadas, segundo a ordem de numeração da entrega das provas, ao Secretário da Comissão de Concurso. Cada examinador atribuirá nota individual, em relação a cada prova, não sendo permitido o fracionamento, quer da correção, quer da nota individual, que deverá ser expressa necessariamente em número inteiro, podendo oscilar de 0 (zero) a 10 (dez). É vedado ao examinador lançar na prova qualquer observação, nota ou cota interlinear.

8.11. Concluída a correção de cada prova (2ª e 3ª Fases) por todos os examinadores, a Comissão de Concurso abrirá os envelopes em sessão pública, presente a Comissão Examinadora respectiva. O Secretário da Comissão de Concurso apurará a média das notas conferidas aos candidatos pelos examinadores, que poderá ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

13

fracionada, sendo o resultado proclamado de imediato. Na média atribuída aos candidatos em cada prova só serão consideradas a parte inteira e duas casas após a vírgula.

8.12. É vedado, a qualquer título, o arredondamento das médias, inclusive da média final.

8.13. A prova de títulos (5ª Fase) não é eliminatória, e os pontos obtidos, de 0 (zero) a 10 (dez), serão somados à média final do candidato para efeito de classificação. A Comissão Examinadora da prova de títulos estabelecerá o respectivo gabarito de pontos.

8.14. A classificação dos candidatos far-se-á pela média aritmética obtida, apurando-se esta pela soma das notas alcançadas nas provas das 2ª, 3ª e 4ª Fases, dividido o resultado por 03 (três), acrescidos os pontos pertinentes à prova de títulos.

8.15. Em caso de empate, caso haja candidatos maiores de 60 (sessenta) anos, o primeiro critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. Persistindo o empate, após o acréscimo dos pontos obtidos na prova de títulos, terá preferência, na ordem de classificação, o candidato que, sucessivamente, tenha obtido melhor nota nas provas de sentença (3ª Fase), dissertativa (2ª Fase), oral (4ª Fase) e de títulos (5ª Fase).

8.16. Permanecendo o empate entre candidatos com menos de 60 (sessenta) anos, terá preferência o candidato de idade mais avançada.

9. DA NOMEAÇÃO

9.1. O ingresso na Magistratura do Trabalho da 8ª Região far-se-á no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos e nomeação por ato do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sendo exigidos do bacharel em Direito, três anos, no mínimo, de atividade jurídica.

9.2. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos aprovados, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos. Deverá ainda ser elaborado o quadro geral de aprovados a serem desde logo nomeados, na proporção do número de vagas existentes na data da homologação do concurso, com observância da ordem de classificação da primeira lista, exceto quando necessária a inclusão, nas vagas a eles reservadas na forma do subitem 2.2.1 deste Edital, dos candidatos portadores de deficiência cujas notas seriam insuficientes para o preenchimento das demais vagas oferecidas.

9.3. A Comissão do Concurso enviará as relações dos candidatos aprovados e o quadro geral dos candidatos a serem desde logo nomeados para as vagas existentes previstos no subitem 9.2 deste Edital ao Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para efeito de homologação e proclamação do resultado, em sessão pública, anunciada pelo Diário Oficial do Estado do Pará e do Amapá, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.



9.4. Homologado o concurso, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região providenciará a publicação das duas listas de candidatos aprovados e do quadro geral dos candidatos a serem desde logo nomeados previstos no subitem 9.2, no Diário Oficial do Estado do Pará e do Amapá e no Diário Oficial da União.

9.5. O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, até o 30º (trigésimo) dia após a publicação da homologação do concurso, procederá à nomeação dos candidatos aprovados, para preenchimento das vagas existentes, observado o quadro geral dos candidatos a serem desde logo nomeados para as vagas existentes previsto no subitem 9.2 deste Edital e a comprovação de que possuam, na data da inscrição definitiva, três anos, no mínimo, de atividade jurídica.

9.6. A nomeação para as novas vagas abertas durante o período de validade do concurso dar-se-á até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data de abertura da vaga, observada a ordem de classificação da lista geral de todos os candidatos aprovados prevista no subitem 9.2, exceto quando houver candidato portador de deficiência incluído na lista final específica de aprovados prevista no mesmo dispositivo, observando-se a sua própria ordem de classificação, e se tratar de nomeação para a última de cada 10 (dez) novas vagas abertas.

9.7. A data de nomeação, prevista no subitem 9.5 e 9.6, será prorrogada para o 1º (primeiro) dia útil seguinte à do vencimento se recair em dia em que não há expediente no Tribunal.

9.8. O candidato aprovado em definitivo no Concurso, para posse no cargo, deverá, no prazo estabelecido pela Administração, encaminhar-se ao Serviço de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e apresentar os exames médicos e laboratoriais especializados, solicitados quando da nomeação, necessários para comprovar sua sanidade física e mental, quando se submeterá a exame clínico, sendo expedido laudo quanto à sua aptidão para exercer as funções inerentes ao cargo, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 27 da LOMAN combinado com o parágrafo único do art. 12 da Resolução Administrativa nº 907/2002, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

9.9. A apresentação do atestado médico, exigido no subitem 4.1.4, não exime o candidato de submeter-se aos exames referidos no subitem anterior, os quais correrão por sua conta.

10. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. IMPUGNAÇÕES À COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES:

10.1.1. Os candidatos poderão impugnar, no prazo de 8 (oito) dias, contado do deferimento de sua inscrição preliminar, a composição das Comissões de Concurso e Examinadoras, mediante petição escrita dirigida ao Tribunal.

10.1.2. Constitui razão de impedimento dos componentes das Comissões de Concurso e Examinadoras a amizade íntima, a inimizade capital e o parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos. Igualmente constitui impedimento o vínculo funcional entre membro de Comissão



Examinadora e candidato que lhe preste serviço diretamente.

10.1.3. Julgada procedente a impugnação, far-se-á a substituição imediata do impugnado.

10.2. IMPUGNAÇÕES ÀS QUESTÕES DAS PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA:

10.2.1. As impugnações a questões da prova da 1ª Fase (prova escrita objetiva), e demais provas subjetivas, deverão ser motivadas, dirigidas à Comissão Examinadora respectiva e protocoladas no prazo de 2 dias úteis, a partir da data de divulgação do gabarito quanto à objetiva, e a partir da divulgação do resultado em relação às demais provas.

10.2.2. Recebida a impugnação, a Comissão Examinadora prestará as informações que entender cabíveis e as encaminhará à Comissão de Concurso para decisão, da qual não caberá recurso.

10.2.3. Em caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva da 1ª Fase, o(s) ponto(s) correspondente(s) à(s) questão(ões) será(ão) creditado(s) a todos os candidatos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O comparecimento do candidato às provas será certificado.

11.2. Será sumariamente desclassificado o candidato:

a) que não se apresentar no dia, hora e local previamente designados para a realização das provas;

b) que não comparecer a uma das etapas da prova escrita da 1ª Fase;

c) que por qualquer meio ou forma, tornar identificável quaisquer das provas;

d) que durante a realização das provas consultar quaisquer anotações, sendo facultado recorrer a textos legais sem comentários ou notas explicativas, exceto quanto à prova da 1ª Fase do Concurso, quando não será permitida qualquer consulta;

e) que durante a realização das provas, for surpreendido na prática de qualquer forma de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas;

f) quando for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafotécnico ou por investigação policial, ter utilizado processos ilícitos na realização das provas;

g) que se recusar a prestar quaisquer das provas ou retirar-se do recinto durante a sua realização, sem a devida autorização, assim como se recusar a assinar a lista de frequência.

11.3. Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato:

a) entrar e/ou permanecer no local do exame com armas ou aparelhos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

16

eletrônicos (*bip*, telefone celular, *walkman*, receptor, gravador, *palm top*, *pager*, relógio digital, máquina fotográfica e similares), podendo ser utilizado aparelho detector de metais nos acessos às salas e banheiros. Caso o candidato leve algum dos objetos acima mencionados, estes deverão ser recolhidos pela Coordenação. O descumprimento desta instrução implicará a eliminação do candidato.

b) dispensar tratamento descortês a qualquer pessoa envolvida ou autoridade presente à aplicação da prova, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

11.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital.

11.5. A identificação especial poderá ser exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou assinatura do portador.

11.6. Não poderá ser procurador de candidato o servidor integrante de equipe de apoio à Comissão de Concurso.

11.7. Não será aceito requerimento indevidamente instruído (1ª e 4ª Fases).

11.8. A remuneração do cargo de Juiz do Trabalho Substituto na Justiça do Trabalho é de R\$19.955,40 (dezenove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme a Lei nº 11.143 de 26 de julho de 2005.

11.9. As publicações referentes ao Concurso e suas comunicações oficiais, quando não houver disposição em contrário, serão feitas através do sítio do TRT-8ª Região na rede mundial de computadores, www.trt8.jus.br/concurso e do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, podendo ser empregados, adicionalmente, outros meios de divulgação, a critério da Comissão do Concurso.

11.10. O Concurso será válido pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, no máximo por igual prazo, a critério exclusivo deste Tribunal.

11.11. Os candidatos não aprovados no Concurso poderão solicitar devolução dos documentos apresentados por ocasião da inscrição, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação do resultado final, previsto no subitem 9.3. Após esse prazo, os documentos serão descartados por meio de destruição mecânica e doados para reciclagem do papel.

11.12. Os candidatos aprovados deverão participar de Curso de Formação Inicial, em Brasília, conforme calendário e orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

17

Trabalho - ENAMAT, nos termos da Resolução Administrativa nº 1140/2006, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

11.13. Os casos omissos serão examinados pela Comissão de Concurso.

12. DO PROGRAMA

12.1. As provas do Concurso obedecerão ao programa elaborado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Resolução nº 907/2002, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada em 12.12.2008, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Belém, 05 de março de 2009.

FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA
Desembargadora Presidente